



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
"José Gomes da Silva" – Fundação ITESP

CONCURSO PÚBLICO

025. PROVA OBJETIVA

ANALISTA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – SERVIÇO SOCIAL – RH

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno contendo 50 questões objetivas e o caderno de redação.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos nas capas dos cadernos e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir os cadernos, verifique se estão completos ou se apresentam imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração das provas objetiva e de redação é de 4 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de redação, a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **08**.

O equilibrista bêbado

Girar pratos constitui um tradicional ato circense, no qual um malabarista mantém um grande número de pratos girando sobre varetas. Frequentemente, o ato é combinado com acrobacias e sequências humorísticas. Girar pratos é também uma conhecida metáfora para o trabalho gerencial. Muitos executivos, quando interrogados sobre sua rotina, respondem com a frase: “continuo tentando manter os pratos no ar”.

Colin Price, diretor da consultoria McKinsey & Company, em Londres, fez eco ao senso comum: publicou, há alguns meses, um artigo na revista da empresa, sugerindo que liderança se tornou, de fato, a arte de girar pratos. O consultor refere-se aos paradoxos característicos da vida nas organizações e à necessidade de os executivos buscarem posições de equilíbrio, nem sempre triviais.

Sua principal premissa é que a forma racional para buscar melhores resultados nas organizações, com foco em questões financeiras e operacionais, com metas, pode não ser a maneira mais eficaz. Não deixa de parecer irônico, dado sua empresa ter construído um impressionante portfólio de clientes com a venda justamente desse tipo de abordagem. Price parece ter descoberto que, embora gostemos de ver as empresas como manifestações da racionalidade, a realidade frequentemente nos mostra que ações e decisões corporativas são comumente marcadas pela imprevisibilidade e pela excentricidade do comportamento humano.

A sugestão de Price é abraçar a condição paradoxal da vida corporativa e buscar situações de equilíbrio. Assim como os malabaristas tentam manter seus pratos no ar, os executivos devem tentar direcionar esforços para incentivar os comportamentos capazes de alinhar as organizações com as suas maiores prioridades.

O consultor identifica grandes paradoxos da vida corporativa. Dois deles merecem destaque. O primeiro envolve mudanças e estabilidade. Toda empresa que deseja sobreviver precisa manter-se no passo de mudança de seu ambiente. Frequentemente, isso implica realizar alterações na estratégia, reformar estruturas, renovar quadros e acelerar o desenvolvimento e o lançamento de produtos. No entanto, o excesso de mudanças causa estresse e gera resistência. Mais sensato é procurar o equilíbrio entre mudança e estabilidade, com respeito aos limites das pessoas e dos processos.

O segundo paradoxo envolve controle e autonomia. Toda organização necessita de normas e processos. Algumas empresas, entretanto, por incapacidade gerencial, operam em um vácuo de regras. Tornam-se erráticas e caóticas, tomando decisões ao sabor do momento. Por outro lado, o excesso de controle condena os funcionários à condição de meros executores. Como as bandas de jazz, as empresas precisam de regras básicas para operar, de forma que cada profissional possa, no momento correto, improvisar e criar.

A mensagem de Price tem méritos. De fato, para enfrentar os desafios do dia a dia, os executivos devem reconhecer que sua atividade é permeada por contradições. Infelizmente, muitos parecem agir como equilibristas bêbados. Sobra-lhes desinibição e falta-lhes consciência. Se trabalhassem “sóbrios”, talvez fossem capazes de reconhecer a real natureza de sua tarefa e manter todos os pratos no ar.

(Thomaz Wood Jr., www.cartacapital.com.br, 07.07.2013. Adaptado)

- 01.** A comparação entre a gestão de negócios e a arte de girar pratos, estabelecida no texto, diz respeito ao fato de que os executivos precisam
- (A) saber agir com constância e manter-se inflexíveis em suas convicções, primando pela estabilidade acima de tudo.
 - (B) atuar em diversas frentes e balancear diferentes demandas, em um contexto marcado por contradições.
 - (C) aceitar o fato de que é imprescindível permanecer em constante e acelerada mudança, ignorando as resistências.
 - (D) combater e anular os paradoxos que podem surgir em suas organizações, buscando preservar a produtividade.
 - (E) antecipar os possíveis entraves ao crescimento, em um ambiente em que é impossível definir prioridades e traçar metas.
- 02.** De acordo com o autor, a opinião de Colin Price acerca da relação entre liderança e a arte de girar pratos parece irônica, porque o consultor descreve o meio empresarial como
- (A) hostil e difícil de ser administrado com base em pressupostos humanistas.
 - (B) caótico, denunciando falhas de gestão no interior da empresa que representa.
 - (C) excêntrico e, portanto, impermeável à análise de empresas de consultoria.
 - (D) menos conturbado do que o que vinha sendo divulgado pela mídia londrina.
 - (E) mais influenciado pela irracionalidade do que a McKinsey & Company costumava defender.
- 03.** O termo destacado em – O consultor refere-se aos paradoxos característicos da vida nas organizações e à necessidade de os executivos buscarem posições de equilíbrio, nem sempre **triviais**. – tem o sentido de
- (A) exequíveis.
 - (B) justificadas.
 - (C) decorosas.
 - (D) convencionais.
 - (E) heterodoxas.

04. As expressões destacadas em – A sugestão de Price é **abraçar** a condição paradoxal da vida corporativa e **buscar** situações de equilíbrio. – estão, correta e respectivamente, substituídas, sem alteração de sentido e seguindo as regras de regência da norma-padrão da língua portuguesa, por:

- (A) acatar sobre a ... ir em busca ante
- (B) acatar pela ... ir em busca nas
- (C) acatar na ... ir em busca para
- (D) acatar da ... ir em busca a
- (E) acatar a ... ir em busca de

Releia o penúltimo parágrafo para responder às questões de números 05 e 06.

O segundo paradoxo envolve controle e autonomia. Toda organização necessita de normas e processos. Algumas empresas, entretanto, por incapacidade gerencial, operam em um vácuo de regras. Tornam-se erráticas e caóticas, tomando decisões ao sabor do momento. Por outro lado, o excesso de controle condena os funcionários à condição de meros executores. Como as bandas de jazz, as empresas precisam de regras básicas para operar, de forma que cada profissional possa, no momento correto, improvisar e criar.

05. Considere as frases e a relação de sentido que estabelecem no parágrafo:

- (a) Algumas empresas, entretanto, por incapacidade gerencial, operam em um vácuo de regras.
- (b) Tornam-se erráticas e caóticas, tomando decisões ao sabor do momento.

É correto afirmar que as frases (a) e (b) estabelecem, entre si, uma relação de

- (A) tempo e modo.
- (B) causa e consequência.
- (C) conformidade e condição.
- (D) alternância e proporção.
- (E) comparação e concessão.

06. No contexto da argumentação do parágrafo, marcada pelo contraste entre ideias, a comparação com as bandas de jazz serve para destacar a importância de haver equilíbrio entre

- (A) investimento e infraestrutura.
- (B) planejamento e imprevisibilidade.
- (C) talento e criatividade.
- (D) ordem e profissionalismo.
- (E) conhecimento e técnica.

07. No trecho do último parágrafo – De fato, para enfrentar os desafios do dia a dia, os executivos **devem** reconhecer que sua atividade é permeada por contradições. –, a forma verbal em destaque expressa uma

- (A) recomendação.
- (B) dúvida.
- (C) comparação.
- (D) estimativa.
- (E) hesitação.

08. Considere as frases:

- Muitos executivos, quando interrogados sobre sua rotina, respondem com a frase: “continuo tentando manter os pratos no ar”. (primeiro parágrafo)
- Se trabalhassem “sóbrios”, talvez fossem capazes de reconhecer a real natureza de sua tarefa e manter todos os pratos no ar. (último parágrafo)

É correto afirmar que as aspas sinalizam, em “continuo tentando manter os pratos no ar” e “sóbrios”, respectivamente,

- (A) a ironia na fala de um personagem e uma palavra inventada pelo autor.
- (B) o título de uma obra e uma palavra com sentido pejorativo.
- (C) uma expressão com sentido irônico e uma palavra de língua estrangeira.
- (D) uma citação e uma palavra empregada com sentido figurado.
- (E) uma dúvida e uma palavra que não condiz com a opinião do autor.

09. Assinale a alternativa em que a concordância segue a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) O estresse e a resistência são, comumente, gerado pelo excesso de mudanças.
- (B) Orientar-se por normas são algo essencial para qualquer organização.
- (C) São necessárias regras básicas para que as empresas possam operar eficazmente.
- (D) Existe vários méritos na mensagem de Colin Price.
- (E) Alguns executivos esbanjam desinibição, mas não dispõe de consciência.

10. Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas, seguindo as normas de uso do acento indicativo de crase.

Price defende _____ ideia de que a forma racional para chegar _____ melhores resultados nas organizações pode não equivaler _____ maneira mais eficaz.

- (A) a ... a ... à
- (B) a ... à ... à
- (C) à ... à ... à
- (D) à ... à ... a
- (E) a ... à ... a

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- 11.** Assinale a alternativa correta a respeito dos princípios da Administração Pública.
- (A) Em relação ao princípio da legalidade, aplicável igualmente ao particular, pode-se afirmar que a Administração Pública pode fazer tudo o que a lei não proíbe.
 - (B) Tendo em vista o princípio da impessoalidade, a lei veda à Administração Pública, em qualquer hipótese, contratar obras e serviços diretamente, sem o procedimento licitatório.
 - (C) A violação do princípio da moralidade pelo administrador público enseja a propositura da ação popular, que pode ser proposta pelo cidadão ou pelo Ministério Público.
 - (D) Atos de improbidade administrativa que atentem contra os princípios da Administração Pública podem acarretar a cassação dos direitos políticos do infrator.
 - (E) O princípio da eficiência autoriza que a Administração Pública possa exonerar o servidor público estável em razão de insuficiência de desempenho.
- 12.** Na hipótese de a Administração Pública constatar que editou um ato administrativo com vício que o torna ilegal, ela deverá
- (A) anular o ato, com base no princípio da autotutela.
 - (B) revogar o ato, com base no princípio da moralidade.
 - (C) postular a anulação do ato perante o Judiciário, uma vez que somente este pode anular um ato administrativo.
 - (D) aguardar o prejudicado requerer a revogação do ato.
 - (E) revogar o ato, com base no princípio da indisponibilidade, na hipótese de ter prejudicado terceiros.
- 13.** Assinale a alternativa que contempla apenas órgãos da Administração Indireta.
- (A) Secretaria da Fazenda e Gabinete do Governador.
 - (B) Ministério Público e autarquia.
 - (C) Empresa pública e sociedade de economia mista.
 - (D) Secretaria da Educação e Fundação ITESP.
 - (E) Delegacia de Polícia e agências reguladoras.
- 14.** Considerando o regime jurídico das fundações, é correto afirmar que
- (A) possuem personalidade jurídica atribuída a um patrimônio preordenado, afeto a um fim social, visando à percepção de lucro, submetidas a um regime de direito privado.
 - (B) podem ser instituídas pela iniciativa privada ou podem ter o poder público como seu instituidor, sempre dotadas de autonomia administrativa.
 - (C) podem ser instituídas pelo poder público quando este pretender intervir no domínio econômico e atuar na mesma área de mercado em competição com o particular, mas sempre na defesa do interesse público.
 - (D) o seu nascimento se dá com o registro do decreto que criou a fundação no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.
 - (E) as fundações governamentais sujeitam-se à responsabilidade civil na modalidade subjetiva, em obediência aos princípios constitucionais da Administração Pública.
- 15.** No que tange aos privilégios tributários que a Constituição Federal prevê em favor das fundações públicas, é correto afirmar que estas possuem imunidade tributária quanto
- (A) às taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.
 - (B) às contribuições de melhoria, decorrentes de obras públicas.
 - (C) a qualquer tipo de imposto, desde que sejam reconhecidas como entidades de utilidade pública pelo Governo Federal.
 - (D) aos impostos sobre a sua renda, o seu patrimônio e os seus serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.
 - (E) a todos os tributos relacionados a suas atividades previstos na Constituição Federal.
- 16.** Tendo em vista o regime jurídico dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.
- (A) A Administração Pública tem a prerrogativa de executar seus atos e decisões diretamente sobre o particular, sem a intervenção do Poder Judiciário.
 - (B) O ato discricionário é de competência da Administração Pública, mas pode ser submetido ao crivo do Poder Judiciário, que tem poderes para examinar o seu mérito.
 - (C) O ato administrativo vinculado é aquele que permite à Administração Pública examinar a conveniência e oportunidade do serviço público quando da sua edição.
 - (D) O direito brasileiro não admite a convalidação de atos administrativos.
 - (E) Os atos administrativos são irrevogáveis.

17. É um exemplo de ato administrativo discricionário:

- (A) concessão de uma licença em favor do administrado para desenvolver uma atividade lícita.
- (B) admissão do particular em escolas ou universidades públicas.
- (C) deferimento de licença para dirigir veículos automotores.
- (D) concessão de gozo de licença-prêmio requerida pelo servidor público.
- (E) concessão de aposentadoria ao servidor quando este completa 70 anos.

18. São ambos princípios aplicáveis aos processos administrativos:

- (A) verdade sabida e formalismo processual.
- (B) publicidade e pessoalidade.
- (C) verdade material e garantismo.
- (D) disciplina e tipicidade.
- (E) contraditório e informalismo procedimental.

19. Considerando a doutrina prevalente acerca da classificação dos direitos humanos fundamentais, é correto afirmar que é exemplo de liberdade positiva o direito

- (A) de ir e vir.
- (B) à vida.
- (C) à saúde.
- (D) à propriedade.
- (E) à segurança pessoal.

20. Conforme dispõe a Lei n.º 12.527/2011, o pedido de acesso à informação

- (A) deve ser feito, exclusivamente, por meio de acesso a sítio na internet criado especialmente para essa finalidade.
- (B) relativo à informação disponível, deve ser atendido de imediato pelo respectivo órgão ou entidade pública.
- (C) pode ser feito por qualquer interessado, sem que seja necessário identificar-se.
- (D) de interesse público, pode ser condicionado ao atendimento de exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação.
- (E) ficará condicionado ao recolhimento da taxa devida pela prestação do serviço público.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A Constituição Estadual de São Paulo, ao tratar da Política Agrícola, Agrária e Fundiária, estabelece que

- (A) o Estado compatibilizará a sua ação na área agrícola e agrária para garantir as diretrizes e metas do Programa Nacional de Reforma Agrária.
- (B) a ação de órgãos oficiais atenderá aos imóveis que cumpram a função social da propriedade e aos médios produtores rurais, preferencialmente.
- (C) a concessão real de uso de terras públicas far-se-á por meio de escritura pública, na qual constarão, além de outras, cláusulas definidoras da obrigatoriedade da exploração das terras, de modo pessoal, pelo beneficiário, para cultivo que atenda ao plano nacional de ação fundiária.
- (D) o Estado, mediante decreto estadual, criará um Conselho de Desenvolvimento Rural.
- (E) caberá ao Poder Público organizar o abastecimento alimentar, assegurando, preferencialmente, as condições para a produção de alimentos da fruticultura tropical.

22. Aos imóveis rurais desapropriados para fins de reforma agrária, a Constituição Federal de 1988 prevê que

- (A) são isentas de impostos federais e municipais as operações de transferência que os envolvam.
- (B) cabe à lei ordinária estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumaríssimo, para o procedimento judicial de desapropriação.
- (C) as benfeitorias úteis e voluptuárias serão indenizadas em dinheiro.
- (D) o orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício financeiro.
- (E) o decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União, mediante prévia aprovação do Congresso Nacional, a propor a ação de desapropriação.

23. O cumprimento da função social da propriedade rural ocorre quando ela atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, dentre outros, o seguinte requisito:

- (A) cooperativismo.
- (B) aproveitamento racional e adequado.
- (C) habitação para o trabalhador rural.
- (D) exploração que favoreça o incentivo à pesquisa e à tecnologia.
- (E) observância das disposições que regulam os instrumentos creditícios e fiscais.

24. A Lei n.º 10.207/99, que cria a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”, ITESP, dispõe que a Fundação
- (A) terá por objetivo planejar e executar as políticas agrária e fundiária no âmbito do Estado.
 - (B) gozará de autonomia jurídica.
 - (C) ficará isenta de tributos federais e municipais.
 - (D) é constituída pelos órgãos denominados Conselho da Agricultura Familiar e Diretoria Administrativa.
 - (E) fornecerá, à Secretaria da Fazenda e à Secretaria do Meio Ambiente, os documentos necessários ao controle de resultados e de legitimidade.
25. Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do trecho a seguir.
- O _____ é preceito constitucional, regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei n.º 8.742/93, que garante aos deficientes e aos idosos a partir dos 65 anos de idade, sem condições de prover sua subsistência, um rendimento no valor de um salário-mínimo mensal.
- (A) Seguro Social
 - (B) Desenvolvimento Social e Econômico
 - (C) Benefício de Prestação Continuada
 - (D) Provimento de Assistência à Pobreza
 - (E) Recurso Social Institucionalizado
26. O Sistema Único de Assistência Social – SUAS institui nos Serviços de Proteção Especial de Alta Complexidade às crianças e adolescentes o acolhimento institucional e o acolhimento familiar como modalidades de atendimento integral quando
- (A) as crianças e adolescentes necessitam ser afastados temporariamente do convívio das famílias.
 - (B) os programas de acolhimento familiar possam substituir permanentemente o papel da família.
 - (C) os Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente não têm local apropriado para o referido acolhimento.
 - (D) os recursos socioeconômicos para a manutenção das crianças e adolescentes na família natural são escassos.
 - (E) as famílias de origem das crianças e adolescentes devem ser substituídas em razão de baixo poder aquisitivo.
27. Ao se pensar em políticas sociais brasileiras, constatamos, a cada década, uma transformação em relação à sua concepção e estratégia. Na década de 1980, os movimentos sociais foram atores importantes para o fim do regime autoritário e para a definição das novas formas de organização e gestão das políticas públicas, principalmente as políticas sociais. Essas transformações acabaram por consolidar vários direitos, dentre eles a
- (A) luta coletiva e a invasão de terras estaduais e federais.
 - (B) flexibilização do acesso aos benefícios e direitos sociais residuais.
 - (C) proteção social a todo cidadão, independentemente de contribuição prévia.
 - (D) incorporação das vontades públicas das elites, sem controle legal.
 - (E) privatização dos programas de bem-estar social com a isenção estatal.
28. As ações e serviços socioassistenciais de prestação continuada, por meio de trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade, visando à prevenção do rompimento dos vínculos familiares e da violência nas relações familiares, integram o serviço de(o)
- (A) Programa Federal de Bolsa Família.
 - (B) Proteção e Atendimento Integral à Família.
 - (C) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.
 - (D) Enfrentamento à Pobreza e à Exclusão Social.
 - (E) Programa Federal de Previdência Social.
29. A concessão de auxílios e benefícios é uma prática inerente de atenção prevista e regulamentada na Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, Lei 8.742 de 07.12.1993, alterada pela Lei 12.435/2001. A partir da promulgação da LOAS, em 1993, alguns benefícios socioassistenciais passaram a ter a denominação de eventuais e continuados. Os benefícios eventuais estão indicados no artigo 22 da referida Lei.
- Assinale a alternativa que apresenta corretamente os auxílios e/ou benefícios classificados como eventuais.
- (A) Auxílio por natalidade ou morte garantido às famílias cuja renda mensal per capita é inferior a um quarto do salário-mínimo.
 - (B) Auxílio-funeral e renda mensal vitalícia de um salário-mínimo garantidos às esposas dos trabalhadores falecidos.
 - (C) Auxílio-enxoval garantido aos bebês das gestantes carentes e auxílio-gás mediante comprovação por meio de estudo social.
 - (D) Auxílio-funeral, natalidade e auxílios garantidos em situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.
 - (E) Auxílio-maternidade garantido à esposa do segurado, à filha ou à irmã maior de idade, viúva ou desquitada.

30. O serviço social tem um espaço ocupacional reconhecido na área de Recursos Humanos em empresas e em outras organizações sociais. Nesses espaços, propõe programas de acolhimento aos trabalhadores, com ações tanto individuais quanto coletivas. Esses programas são basicamente de caráter
- (A) assistencialista, ideológico e lucrativo.
 - (B) político, curativo e personalizado.
 - (C) espontâneo, solidário e relacional.
 - (D) preventivo, educativo e assistencial.
 - (E) profissional, assistencial e operativo.
31. As profissões se constroem a partir das necessidades humanas e sociais, desenvolvem-se e são reconhecidas à medida que atendam demandas concretas da sociedade e mediem soluções de diversos conflitos. Nesse sentido, a prática do Assistente Social está firmada sobre
- (A) o aconselhamento psicológico.
 - (B) as múltiplas expressões da questão social.
 - (C) os projetos focados na educação popular.
 - (D) o ensino-aprendizagem dos colaboradores.
 - (E) as experiências de empreendedorismo empresarial.
32. O Sistema Único de Saúde – SUS, instituído pela Constituição Federal de 1988, contempla os determinantes sociais do processo saúde-doença-cuidado. O serviço público que organiza a rede assistencial e de reinserção da pessoa com transtorno mental é o
- (A) Centro de Atenção Psicossocial.
 - (B) Centro de Referência de Serviço Social.
 - (C) Conselho Estadual de Saúde.
 - (D) Serviço de Proteção Mental.
 - (E) Benefício de Prestação Continuada.
33. As propostas e as estratégias de intervenção do serviço social, em qualquer campo de atuação, caracterizam-se pelo sentido e direção social dados aos planos, programas e projetos profissionais. Assim sendo, pode-se afirmar corretamente que
- (A) os planos, programas e projetos profissionais limitam-se a normatizações morais, ideológicas e políticas da categoria.
 - (B) a eficiência dos planos, programas e projetos baseia-se no tecnicismo e metodologia empregados.
 - (C) as dimensões ética e política são condições para constituição e efetivação dos planos, programas e projetos profissionais.
 - (D) os projetos profissionais só obtêm efetividade histórica concreta quando ligados a uma direção político-partidária.
 - (E) a articulação entre teoria, ética e ideologia deve fundamentar a concepção não pluralista dos projetos.
34. A noção de universalidade dos direitos sociais, civis e políticos fundamenta a construção de novas relações sociais e representa a busca pelo processo de democratização, igualdade de acesso e usufruto dos serviços sociais. Isso significa que no processo de planejamento, em diferentes áreas de atuação, o profissional de serviço social deve
- (A) formular um padrão técnico-burocrático-administrativo para a elaboração de planos de ação.
 - (B) basear-se no sistema de dominação da sociedade burguesa para o desenvolvimento e expansão dos indivíduos.
 - (C) consubstanciar toda práxis social em valores humano-genéricos fundamentais à acumulação capitalista.
 - (D) pensar o processo de democratização independente e acima da realização de qualquer outro valor nas relações sociais.
 - (E) articular os valores da liberdade, democracia, justiça e igualdade nos processos interventivos.
35. A concepção de Seguridade Social compreende um conjunto de ações integradas dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos sociais universais nos campos
- (A) da pobreza, da seguridade e da proteção social.
 - (B) do desenvolvimento, do trabalho e do seguro social.
 - (C) da participação, da privatização e da emancipação social.
 - (D) da aposentadoria, da regulamentação e do financiamento.
 - (E) da previdência, da saúde e da assistência social.
36. No desenvolvimento das políticas implantadas pelo serviço social em face às mudanças na produção, organização e gestão do trabalho, os assistentes sociais responsabilizam-se pela concretização de projetos cujas principais metas são
- (A) a qualidade de vida do trabalhador e a de seu grupo familiar.
 - (B) a segurança, a remuneração e a alta performance dos executivos.
 - (C) o treinamento e o desenvolvimento da liderança de gerentes.
 - (D) a capacitação técnica e funcional dos profissionais da área operacional.
 - (E) a produção e a produtividade dos adolescentes aprendizes.
37. O serviço social, ao atuar junto ao Sistema de Recursos Humanos em empresas, volta-se estrategicamente para um fazer profissional articulado com a gestão de programas de responsabilidade social empresarial, esclarecendo e orientando sobre
- (A) os capitais financeiros necessários para suprir problemas pessoais.
 - (B) os direitos legais e civis do trabalhador e de suas famílias.
 - (C) a assistência às necessidades culturais das famílias dos trabalhadores.
 - (D) as ações sociais relativas à organização e controle do trabalho.
 - (E) os diferentes meios de influenciar a subjetividade do trabalhador.

38. Estamos vivenciando um caos nas ações e serviços de saúde pública em nosso País. Esse fenômeno impacta a vida dos trabalhadores e a sociedade brasileira como um todo. O Sistema Único de Saúde não tem garantido o direito social constitucional do acesso universal e integral de atenção à saúde.
- Analisando-se essa realidade, o Assistente Social, em sua prática profissional, poderá
- (A) reforçar a iniquidade no acesso aos serviços do sistema privado de saúde às famílias do pessoal operacional.
 - (B) esclarecer que os serviços do sistema de saúde do setor privado são mais eficientes do que aqueles prestados pelo sistema público.
 - (C) desconsiderar as demandas individuais dos trabalhadores em prol das demandas coletivas de proteção social.
 - (D) estimular o compartilhamento dos custos dos serviços do setor privado de saúde entre os trabalhadores.
 - (E) complementar os serviços do sistema de saúde pública com parceiros do setor privado que contribuam para a melhoria da saúde do trabalhador.
39. Contemporaneamente, o profissional do serviço social necessita conhecer as demandas dos cidadãos, para realização de seu trabalho. O protagonismo profissional depende de uma competência técnico-metodológica para a leitura da realidade, obtida por meio da(o)
- (A) triagem social.
 - (B) plantão social.
 - (C) intervenção social.
 - (D) pesquisa social.
 - (E) planejamento social.
40. O capitalismo contemporâneo globalizado apoia-se no processo de reestruturação produtiva do qual resultam diferentes formas de organização e gestão do trabalho. Decorrem daí os seguintes processos no mundo do trabalho:
- (A) terceirização, segurança e trabalho formal.
 - (B) subcontratação, assessoria e formalização.
 - (C) competição, pulverização e organização pública.
 - (D) precarização, informalidade e flexibilidade.
 - (E) serviço autônomo, formal e promocional.
41. A participação da sociedade na formulação, gestão, controle e avaliação das Políticas Sociais Públicas é assegurada constitucionalmente, nas próprias leis que as instituem, com o objetivo de garantir a paridade de representação entre Governo e sociedade civil, mediante a atuação dos(as)
- (A) assembleias nacionais de assistência social.
 - (B) conselhos municipais, estaduais e federais.
 - (C) encontros científicos e conferências estaduais.
 - (D) poderes públicos municipais e estaduais.
 - (E) audiências públicas e privadas.
42. Silva (2009) ressalta que será necessário romper com as fronteiras institucionais e burocráticas entre as políticas públicas nas áreas de saúde e da Assistência Social, visando o atendimento multiprofissional ao usuário.
- Como o Assistente Social conseguiria, na sua prática cotidiana, esse rompimento?
- (A) Informando os cálculos corretos para a obtenção da aposentadoria.
 - (B) Flexibilizando o contrato de trabalho sem reduzir os direitos sociais.
 - (C) Articulando modalidades de serviços integrados e mediando ações conjuntas.
 - (D) Estabelecendo convênios privados para acompanhamento ambulatorial.
 - (E) Contratando planos privados de previdência social.
43. Entendemos o serviço social como uma totalidade histórica inserida no movimento real de uma determinada formação social que exerce influência para transformações qualitativas das totalidades concretas em que está inserido. (CARDOSO, 2007).
- Esse entendimento evidencia a perspectiva
- (A) materialista.
 - (B) neoliberal.
 - (C) conservadora.
 - (D) positivista.
 - (E) fragmentária.
44. Ao nos referirmos à agenda de trabalho dos assistentes sociais no contexto dos assentamentos humanos e do meio ambiente, estamos tratando basicamente de processos de planejamento que focalizem a(o)
- (A) desconsideração da regularização fundiária das várias formas de locação e de moradia.
 - (B) apoio às lutas e movimentos sociais para o acesso à habitação popular.
 - (C) socialização do acesso à terra rural e urbana sob a concepção do ambiente como construção social.
 - (D) necessidade de geração de trabalho para obtenção de renda por meio de financiamento bancário privado.
 - (E) assistência e a criação de condições políticas para uma nova institucionalização societária.

45. O Assistente Social, na sua prática profissional cotidiana, depara-se com inúmeros casos de conflitos entre cônjuges, de separação conjugal, de divórcio e tantas outras situações que necessitam de acesso à justiça. Nos casos em que os envolvidos não possuem meios financeiros para pagamento dos serviços, o profissional deverá orientá-los a procurar a(o)
- (A) procuradoria da república federal.
 - (B) serviço de assistência e colocação familiar.
 - (C) secretaria de assistência ao cidadão.
 - (D) assistência jurídica integral e gratuita.
 - (E) vara de execução criminal familiar.
46. A família brasileira vem passando por transformações ao longo das décadas. Uma delas refere-se à pessoa de referência da família. Pesquisas têm demonstrado que na maioria das regiões do País, as famílias, em sua maior proporção, possuem como referência e/ou chefe a(o)
- (A) mulher.
 - (B) homem.
 - (C) avó.
 - (D) filho.
 - (E) cunhado.
47. A assistência social, como Política de Seguridade Social assim definida pela LOAS, acabou por incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira, sendo concebida como
- (A) benefício monetário assistencial filantrópico.
 - (B) sistema protetivo focalizado aos excluídos.
 - (C) prática conservadora de defesa da cidadania.
 - (D) serviço técnico de geração de empregos e de renda.
 - (E) direito de cidadania e responsabilidade estatal.
48. Os profissionais de serviço social precisam de maior aprofundamento para executar processos avaliativos de programas sociais. Contudo, reconhecem que, para construir uma metodologia de trabalho no processo de formulação, execução e avaliação de programas sociais, é imprescindível fundamentar-se em
- (A) princípios de sustentabilidade.
 - (B) categorias teórico-práticas.
 - (C) consensos do senso comum.
 - (D) metodologias quantitativas.
 - (E) práticas ideológicas.
49. O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n.º 8.069 de 13 de julho de 1990, dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades necessárias ao desenvolvimento integral, conforme artigo 3.º, respeitando-se o direito
- (A) à necessidade de refúgio e acolhimento psiquiátrico.
 - (B) à preservação da imagem infantojuvenil na internet.
 - (C) a receber auxílio financeiro do Conselho Tutelar.
 - (D) à adoção por família mais abastada do que a família natural.
 - (E) à liberdade, ao respeito e à dignidade.
50. Diversos fatores levaram à formulação do conceito de responsabilidade social, em um contexto de globalização e das mudanças das empresas que condicionaram preocupações dos cidadãos, dos consumidores, das autoridades públicas e dos investidores. O Assistente Social, ao trabalhar com programas voltados à responsabilidade social, estimula
- (A) a prática obrigatória dos trabalhadores da organização sobre impactos negativos no meio ambiente e na comunidade.
 - (B) a consciência social dos empresários para a criação de programas assistencialistas a seus colaboradores internos.
 - (C) a ação voluntária, integrando o âmbito empresarial e a comunidade, considerando a educação, a saúde e o meio ambiente.
 - (D) o estudo das possibilidades de desenvolvimento empresarial em determinado contexto socioambiental.
 - (E) a aquisição por parte de seus colaboradores dos produtos empresariais para aplicação em seus grupos familiares.

